

Panorama das pesquisas dos programas de pós-graduação em extensão rural brasileira, com foco nos atores sociais e institucionais

Scenery of the research of postgraduate programs in Brazilian rural extension, focusing on social and institutional actors

Douglas Vianna Bahiense¹
Suelen Vianna Bahiense²
William Silvano de Camargo³

RESUMO

Busca-se, com este trabalho, estudar a situação dos programas de pós-graduação em extensão rural e a influência deles no entendimento científico focalizado nos principais atores sociais e institucionais. Metodologicamente, valendo-se da pesquisa analítica qualitativa, optou-se por utilizar o estado da arte, o qual interage com a produção acadêmica por meio da quantificação e da identificação de dados bibliográficos. Compuseram o *corpus* de análise dissertações e teses de três programas de pós-graduação do Brasil: Universidade Federal de Viçosa, Universidade Federal de Santa Maria e Universidade Federal Rural de Pernambuco. De modo geral, nos três programas, as principais categorias de análise dos grupos os quais demandaram suas pesquisas acadêmicas são Agricultura Familiar e Políticas Públicas em Geral.

Palavras-chave: Extensão Rural. Extensão. Pesquisa. Agricultura Familiar. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The aim of this work is to study the situation of postgraduate programs in rural extension and their influence on the scientific understanding focused on the main social and institutional actors. Methodologically, using qualitative analytical research, the option art's state was chosen, which interacts with academic production through the quantification and identification of bibliographic data. The corpus of analysis consisted of dissertations and thesis from three Graduate Programs of these institutions: Federal University of Viçosa, Federal University of Santa Maria and Federal Rural University of Pernambuco. In general, in three postgraduate programs, the main categories of analysis groups that demanded their academic research are Family Farming and Public Policies.

Keywords: Rural Extension. Extension. Research. Family Farming. Public Policies.

¹ Doutorando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil. (douglas.bahiense@yahoo.com.br).

² Doutora em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro, Brasil. (suelen.bahiense@gmail.com).

³ Doutorando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil; professor na mesma instituição, Campus Toledo. (wscamar@gmail.com).

INTRODUÇÃO

A prática operacional da extensão rural (ER), no amparo às estratégias de desenvolvimento local e a transição de uma agricultura ambientalmente degradante para o espaço agrário mais sustentável, precisa partir do discernimento da agricultura como um processo constante. Isso acontece tanto na aprendizagem quanto no cumprimento das tarefas mais usuais, como, por exemplo, a colaboração participativa do extensionista rural na comunidade; atenção às demandas e conhecimento dos agricultores; e auxílio no desenvolvimento educacional (CAPORAL, 2020).

Para dar suporte ao campo científico, foram criados, a partir da década de 1960, dois programas de pós-graduação em ER: um na Universidade Federal de Viçosa (UFV) e outro na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Na época, a criação desses programas coincidiu com o crescimento da modernização da agricultura, na qual, a partir da implantação do crédito rural, a ER realizava intervenções com o objetivo de promover a difusão de tecnologias. Além desses dois primeiros, criou-se em 2003 o programa de pós-graduação em ER na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), voltado para atender às demandas das políticas públicas na região Nordeste (DOULA; SOUZA, 2006). Atualmente, dos três programas em ER, somente no último não foi implantado o programa de doutorado.

Callou *et al.* (2008) abordaram a ER por meio do estado da arte, tendo como base os professores da disciplina de todo o território brasileiro. Nesse trabalho, os autores levantaram os primeiros questionamentos retratados e pontuaram os temas recorrentes no ensino e nas pesquisas aplicadas nas universidades, tais como: desenvolvimento local, difusão de inovações, realidade socioeconômica do meio rural, associativismo, cooperativismo, metodologias participativas, entre outros.

Discernir o caráter multidisciplinar da ER faz-se necessário não apenas por razões científicas, mas também como uma maneira de superar a configuração curricular engessada às capacitações técnicas dos profissionais, além das normas regimentais de governos específicos pelas quais modelaram a anexação da ER na América Latina. De modo geral, a evolução das pesquisas desenvolvidas nessa área no Brasil, desde 1968, é parte constituinte da história (RIBEIRO; DOULA; OLIVEIRA, 2020).

As pesquisas realizadas nas universidades contribuíram para as atividades de ER no sentido de reforçar o desenvolvimento agrário. A influência dessas instituições nos estados onde os três programas de pós-graduação atuam facilitou o envolvimento de parcerias com as

empresas estaduais, a fim de que os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) fossem eficientes com base nas políticas públicas executadas.

Conforme destacam Silva *et al.* (2020), é incontestável a contribuição das ações de ATER para o trabalho evolutivo da agropecuária, principalmente nos países em desenvolvimento, que possuem como foco a produtividade eficiente. No entanto, pressupõe-se uma “evolução” difusionista em termos de modernização, seja no atendimento extensionista, na transferência de tecnologia ou na comunicação. Os autores caracterizaram dois tipos de ER: a privada, cujos produtores rurais pagam serviços particulares para execução dos serviços; e a pública (o Estado), que é responsável por atender, ainda de forma limitada nos objetivos, os agricultores familiares, que, mesmo com a diversidade dos serviços terceirizados, deve se responsabilizar pelas carências de serviços para o produtor.

Para tanto, a efetivação do serviço extensionista rural no campo brasileiro e a contribuição profissional dele perpassa pelo aprimoramento do ensino de formação dos futuros bacharéis em Ciências Agrárias, sejam eles inseridos nos cursos técnicos, tecnológicos e/ou de graduação. Dessa maneira, a ER, como matéria eletiva, se faz presente no quadro curricular dos aspirantes engenheiros agrônomos, engenheiros florestais, engenheiros de pesca, zootecnistas e afins (VARGAS; DREBES, 2022).

A atuação da ER nos últimos 20 anos, sobretudo no marco da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) de 2004, possibilitou significativas mudanças para o campo, principalmente no setor técnico-produtivo. Entretanto, falta uma compreensão científica de como as pesquisas acadêmicas na ER estão contribuindo na proposição das políticas públicas e na demanda investigativa dos atores em discussão.

Nesse sentido, busca-se, com este trabalho, estudar a situação dos programas de pós-graduação em ER nas ações das pesquisas no desenvolvimento das políticas públicas e a influência dela no entendimento científico, tendo como foco os atores sociais e institucionais.

Contextualização histórica e estrutural da extensão rural

Conforme argumenta Castro (2015), historicamente, no Brasil, a maioria dos agricultores pobres, em vulnerabilidade social, teve poucas oportunidades de acesso à assistência técnica. Mesmo no ápice dos serviços institucionais da ER pública, na década de 1970, o público-alvo das instituições públicas de ATER era constituído por médios e grandes latifundiários cujas produções, em especial de grãos, eram destinadas ao mercado externo e ao complexo agroindustrial. A crise econômica e política nas décadas de 1980 e 1990, bem como

a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), dificultaram ainda mais o acesso dos agricultores familiares a esses serviços públicos.

A ER se caracteriza, em caráter educativo, pela aplicação e comunicação de conhecimentos técnico-científicos para o público rural. Sua metodologia incorpora técnicas aplicadas no cotidiano, que seriam: visitas técnicas, reuniões, palestras, trabalhos em campo, oficinas, feiras e concursos agropecuários, entre outros. Como instituição pública, ela refere-se aos serviços gratuitos de assistência técnica no meio rural e afins. Assim, é possível exemplificar as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural e as Universidades Públicas como instrumentos de políticas públicas em pesquisa e extensão (SANTOS; LUSA, 2014). Ademais, a ER pode, também, ser oferecida por empresas, Organizações Não Governamentais (ONGs) e outras instituições.

Conforme pontuam Silva *et al.* (2016), a implantação de políticas públicas voltadas para o agricultor familiar facilitou o acesso ao conhecimento em técnicas que visam melhorar o trabalho no campo. O primeiro exemplo é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o qual permitiu o acesso desses produtores a financiamentos de baixo custo e com juros reduzidos, auxiliando na aquisição de insumos. O segundo exemplo é a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que consiste na prestação de serviços de ER em caráter multidisciplinar, indicando os processos de orientação, gestão, beneficiamento, armazenagem, comercialização dos produtos e demais atividades agrícolas e não agrícolas. De forma geral, os autores reforçam o argumento que a criação de políticas agrícolas fez fortalecer a agricultura familiar e praticamente estagnou os efeitos do êxodo rural.

Essas situações eram diferentes na época do Regime Militar (1964 a 1985), pois, segundo Zarnott *et al.* (2017), a política agrícola e extensionista foi marcada pelo período do “difusionismo produtivista”, orientado para a expansão da modernização na agricultura. A principal fonte de financiamento do produtor rural era o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado no ano de 1965, com o propósito de favorecer o desenvolvimento produtivo no campo e ser financiador dessa política agrícola idealizada pelo governo.

Com a redemocratização do Brasil, a partir de 1985, Ribeiro, Doula e Oliveira (2020) identificaram novos fatores no processo de desenvolvimento rural, nos quais tornaram públicos os impactos ambientais na agricultura decorrentes da Revolução Verde e da reestruturação das políticas nacionais de ATER.

No Brasil, um dos casos mais complexos para analisar a ação do Estado e a interação com o público são as políticas públicas direcionadas para o meio rural. Por serem criadas por

representantes setoriais e em cenários políticos, as atribuições das políticas públicas desse segmento não somente lidam com um dos setores econômicos que alavancam o Produto Interno Bruto (PIB) Agropecuário do país, como também contribuem para a manutenção da segurança alimentar e nas proposições de geração de emprego e renda. Com relação aos levantamentos territoriais, tais atividades se direcionam às populações ou a grupos sociais distribuídos em locais onde há uma grande heterogeneidade geográfica e cultural (LOPES; DOULA, 2016).

Em outro momento, analisaram-se quatro tipos de ações públicas com resultados imediatos para o combate à pobreza rural, os quais poderiam ser obtidos no reforço à política agrícola: a) Programas de assistência técnica que condicionam o acesso dos produtores rurais às novas tecnologias; b) Programas de ER, treinamento e apoio ao agricultor, ao assentado, ao pescador e afins com as famílias deles, de forma a melhorar a produção e a comercialização; c) Novas políticas de financiamento rural para o agricultor familiar; e d) Organização da cadeia produtiva dos hortifrutigranjeiros, em que o valor agregado é maior e a política agrícola ainda atua modestamente (BELIK, 2015).

Belik (2015) afirma que, do ponto de vista histórico, houve avanços e reconhecimentos no trabalho do agricultor rural, pelos quais se possibilitou a reformulação das políticas de desenvolvimento regional e a readequação do modelo de produção agrícola brasileiro. O reconhecimento do caráter diversificado do campo e a adaptação de programas governamentais para diferentes públicos e ambientes são o caminho mais propício para a promoção do desenvolvimento rural brasileiro.

METODOLOGIA

Optou-se por utilizar o estado da arte, que Ferreira (2002) afirma ser um procedimento que interage com a produção acadêmica por meio da quantificação e da identificação de dados bibliográficos, com o objetivo de mapeá-la em um período delimitado e pelas áreas de atuação da pesquisa científica. Nesse caso, as dissertações e as teses são catalogadas nos repositórios, cuja finalidade é informar ao leitor a existência da pesquisa e indicar elementos que caracterizam seu conteúdo de trabalho pela área de interesse. Ela é uma pesquisa com caráter analítico e de abordagem qualitativa.

Segundo Romanowski e Ens (2006), a pesquisa de estado da arte significa um reforço importante na formação do campo teórico de uma área de conhecimento. Os autores relatam alguns pontos, os quais seriam: visar a importância desse estudo por meio da identificação dos aportes significativos da construção da teoria e da prática pedagógica; restrições acerca do

campo de atuação da pesquisa; identificação de experiências inovadoras investigadas nos temas propostos; e contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada.

Como mencionado, nesta pesquisa, o *corpus* de análise foi a composição de dissertações e teses produzidas em programas de pós-graduação em ER no escopo das ciências agrárias de três instituições de ensino superior: Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

A produção acadêmica foi resultante da consulta ao Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2023) no período de 2006 a 2021 na UFV e na UFSM; e de 2006 a 2016 na UFRPE. O recorte temporal se justifica pelo início das atividades do programa de pós-graduação na UFRPE no ano de 2004, além da promulgação da nova PNATER. Nessa busca mais abrangente, encontraram-se, ao todo, 270 dissertações e teses na UFV; 238 dissertações e teses na UFSM; e 157 dissertações no Programa de ER da UFRPE, totalizando 665 trabalhos acadêmicos.

Após esse levantamento, tabularam-se as teses e as dissertações pesquisadas no Brasil⁴, pelo *Excel*, separando-se os diferentes públicos atendidos de acordo com a PNATER (BRASIL, 2010) e outras categorias: estado(s) e regiões pesquisadas ou pesquisas nacionais.

No exercício metodológico das leituras do estado da arte, pôde-se explorar com mais afinco as divisões dos atores sociais e institucionais em cinco grupos: Beneficiários da PNATER reconhecidos por lei (BRASIL, 2010)⁵; Representações Profissionais⁶; Instituições⁷; Políticas Públicas em Geral;⁸ e Ator Social/Institucional Não Especificado⁹. Dentro desses

⁴ Em virtude do levantamento de dados feito por meio das publicações acadêmicas, exclusivamente no Brasil, nos programas de pós-graduação em ER, segue-se a ordem para análise: 259 publicações na UFV; 224 publicações na UFSM; e 155 publicações na UFRPE. O total dessas publicações desenvolvidas foi de 638 trabalhos acadêmicos.

⁵ Beneficiários sociais são, conforme promulgação da Lei da PNATER (BRASIL, 2010), agricultores familiares; assentados da reforma agrária; extrativistas; indígenas; quilombolas; pescadores; povos da floresta; e seringueiros.

⁶ Representações profissionais são estudantes e/ou professores; saúde; vendedores; e profissionais da PNATER ou ATER. No caso da categoria vendedores, justificou-se a escolha devido à multiplicidade de atividades que o profissional se envolve – segundo dados da pesquisa – na comercialização direta da produção agrícola ao público, organização de cadeias produtivas na venda de matérias-primas agropecuárias, serviços comerciais prestados ao agroturismo, práticas de economia solidária, entre outras atribuições.

⁷ Instituições consideradas na pesquisa do estado da arte: Associações; Institutos de Pesquisa e Extensão Rural; Cooperativas; Universidades; ONGs; Movimentos Sociais; e Sindicatos.

⁸ Enquadram-se políticas efetuadas nas esferas federal, estadual, municipal, privada e voluntária, que resultam em única categoria de análise.

⁹ Justifica-se esse item – também como categoria de análise – porque há trabalhos acadêmicos que, embora fizessem parte do escopo na área extensionista, não apresentaram especificamente os atores sociais e institucionais na organização dos dados.

grupos, subdividem-se as categorias pertencentes, que nesse caso classificam-se em 21 específicas de análise da pesquisa, conforme mencionado nas notas.

Os critérios pelos quais os pesquisadores embasaram a escolha das categorias se dão por conta das leituras minuciosas que fizeram da metodologia ao observarem determinados atores sociais e/ou institucionais mencionados nas teses e dissertações e para representá-las.

Desde então, foram elaboradas pela classificação das categorias conforme o título, o resumo e as palavras-chave. Nesse levantamento, havia trabalhos acadêmicos pesquisados por mais de uma categoria, ou seja, mesmo argumento utilizado pelos dados quantitativos de determinados trabalhos serem feitos em mais de um estado.

Ao encerrar a organização e a tabulação dos dados do estado da arte no *Excel*, a partir das categorias estabelecidas, incluíram-se as principais discussões gerais de outros pesquisadores para contribuições efetivas, tudo isso doravante os embasamentos científicos classificados no estado da arte dos programas de pós-graduação em ER.

Na consulta ao banco de teses e dissertações da CAPES, há trabalhos que, mesmo estando no sistema, não tinham sido informatizados em razão da falta de atualização das instituições no arquivamento digital das pesquisas. Também ocorreu a consulta incompleta dos títulos dos trabalhos em referência à falta dos resumos e das palavras-chave e ao aparecimento de estudos desenvolvidos fora do Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os diversos resultados desta pesquisa demonstram as características científicas dos objetos de discussão dos atores sociais e institucionais desenvolvidos pelos discentes dos respectivos programas de pós-graduação em ER.

Pós-graduação em extensão rural da UFV

Na Tabela 1, observam-se os dados das categorias coletadas na UFV, representando um conjunto de 456 categorias quantificadas ao todo (ou acumuladas no período) nos estudos localizados. As mais discutidas foram: Agricultores Familiares, com 16,9%; Políticas Públicas em Geral, com 14,3%; Atores Sociais/Institucionais Não Especificados, com 6,8%; Vendedores, com 6,6%; e Assentados da Reforma Agrária, com 6,4%. Os demais resultados, incluindo os trabalhos que retratam a PNATER ou ATER, tiveram os índices de 49,1%.

Tabela 1 – Porcentual (%) dos trabalhos direcionados pelas respectivas categorias no programa de pós-graduação em extensão rural pela UFV, no período de 2006 a 2021

Categoria	Porcentual (%)
Agricultores Familiares	16,9
Políticas Públicas em Geral	14,3
Atores Sociais/Institucionais Não Especificados	6,8
Vendedores	6,6
Assentados da Reforma Agrária	6,4
Estudantes e/ou Professores	5,7
Institutos de Pesquisa e Extensão Rural	4,8
Profissionais da PNATER ou ATER	4,4
Cooperativas	4,4
Universidades	3,9
Movimentos Sociais	3,9
Extrativistas	3,7
Associações	2,9
Quilombolas	2,4
ONGs	2,2
Sindicatos	2,2
Pescadores	2,0
Povos da Floresta	2,0
Indígenas	1,8
Saúde	1,5
Seringueiros	1,3

Fonte: Elaborada pelos autores a partir do Banco de Teses e Dissertações da CAPES (2023).

Os dados demonstram que, por meio das publicações, o papel da ER vai além da proposta inicial na metade do século 20, a qual priorizava, na maioria das políticas agrícolas executadas, a produção em larga escala e o manejo tecnológico.

Para a Agricultura Familiar, as pesquisas destacadas corroboram o fato de que as políticas de desenvolvimento rural, amplamente desenvolvidas a partir dos anos 1990, indicam um gradual esforço na sua aplicação extensionista a fim de evitar o êxodo rural. No estado de Minas Gerais, por ser tradicionalmente agrícola, a visibilidade para essa categoria é maior no sentido de descobrir os pontos fortes e fracos das pesquisas abordadas, principalmente nos municípios com população pouco numerosa.

Sobre a categoria Políticas Públicas, o resultado importante na listagem leva em consideração as implementações e as realizações dessas atividades, atendendo da melhor maneira possível as demais. O diferencial nesse aspecto é que foram amplamente estudadas, em razão do maior número de publicações, em todo o Brasil, apresentando suas peculiaridades, pontos fortes e limitações. Para as pesquisas em ER, elas servem como parâmetro de avaliação nas localidades em questão, estendendo as contribuições das políticas realizadas para a Academia.

As outras categorias bem colocadas na listagem – Assentados da Reforma Agrária e Vendedores – tiveram sua relevância na pesquisa basicamente por duas razões: a primeira diz respeito às principais necessidades da reforma agrária, e a segunda se deve ao fato de que, com maior acesso à inclusão de políticas públicas, houve facilitação no processo operacional dos atores sociais à comercialização e à manutenção da renda. Nas demais, embora os índices sejam relativamente baixos, pode-se sinalizar a intenção desse Programa de Pós-Graduação em dar-lhes espaço nas linhas de pesquisas estabelecidas, chamando atenção para trabalhos futuros.

No tocante à distribuição das teses e dissertações da UFV, descritas na Tabela 2, além da predominância do estado de Minas Gerais, os trabalhos acadêmicos foram distribuídos em outros 19 estados da Federação, além de 20 trabalhos direcionados nacionalmente (Brasil) e 1 realizado na região Norte.

Tabela 2 – Distribuição das teses e dissertações do programa de extensão rural da UFV nos estados, regiões ou pesquisas nacionais (Brasil), no período de 2006 a 2021

Estados, regiões ou pesquisas nacionais (Brasil)	Número de Trabalhos Localizados
Minas Gerais	182
Nacional (Brasil)	20
Bahia	10
Pará	10
Espírito Santo	10
Pernambuco	7
Acre	5
Rio de Janeiro	5
Mato Grosso	3
São Paulo	3
Tocantins	2
Goiás	2
Amazonas	2
Rondônia	2
Região Norte (Brasil)	1
Paraná	1
Rio Grande do Sul	1
Santa Catarina	1
Ceará	1
Alagoas	1
Distrito Federal	1
Amapá	1

Fonte: Elaborada pelos autores a partir do Banco de Teses e Dissertações da CAPES (2023).

Essa instituição, por ser a mais antiga na área de ER, tem relevância na disseminação de conhecimentos para as demais regiões brasileiras. A quantidade de publicações da UFV, maior que a da UFSM e da UFRPE, proporcionou uma ampla profundidade aos docentes e discentes

da área a realizarem efetivamente suas pesquisas em outros estados, abordando diversos temas ligados à realidade rural.

Uma pesquisa recente de Ribeiro, Doula e Oliveira (2020) acerca do Programa de ER da UFV mostra que os pesquisadores docentes atuantes nas linhas de pesquisa, sobretudo desde 2008, visaram às pesquisas que abordam as políticas públicas, tal qual a PNATER, e a problematização da segurança alimentar no debate científico. Também afirmaram que o próprio Programa tem trazido trabalhos acadêmicos os quais pautam sobre grupos segmentados da própria PNATER (ou minoritários) e o modo alternativo de produção agrícola.

Pós-graduação em extensão rural da UFSM

No programa de pós-graduação da UFSM, como descrito na Tabela 3, das 416 categorias coletadas na avaliação resultaram três principais destaques: a categoria dos Agricultores Familiares, Vendedores e Políticas Públicas em Geral, com os índices 28,1%, 12,0% e 11,8%, respectivamente. Essas três primeiras categorias, além dos Assentados da Reforma Agrária e Profissionais da PNATER ou ATER, correspondem a 63,5% das publicações abordadas. Os demais resultados minoritários indicam 36,5%.

Tabela 3 – Porcentual (%) dos trabalhos direcionados pelas respectivas categorias no programa de pós-graduação em extensão rural pela UFSM, no período de 2006 a 2021

Categorias	Porcentual (%)
Agricultores Familiares	28,1
Vendedores	12,0
Políticas Públicas em Geral	11,8
Assentados da Reforma Agrária	5,8
Profissionais da PNATER ou ATER	5,8
Associações	4,3
Institutos de Pesquisa e Extensão Rural	4,3
Atores Sociais/Institucionais Não Especificados	4,3
Cooperativas	3,4
Movimentos Sociais	2,9
ONGs	2,4
Extrativistas	2,2
Quilombolas	2,2
Universidades	2,2
Saúde	1,7
Povos da Floresta	1,4
Indígenas	1,2
Pescadores	1,2
Estudantes e/ou Professores	1,2
Sindicatos	1,2
Seringueiros	0,5

Fonte: Elaborada pelos autores a partir do Banco de Teses e Dissertações da CAPES (2023).

O resultado obtido indica que a Agricultura Familiar é um fator de grande relevância na região Sul, principalmente no estado do Rio Grande do Sul. Isso influencia as pesquisas extensionistas na instituição para compreender fenômenos sociais dos produtores rurais familiares na inclusão da política pública.

Nessa perspectiva, a segunda colocação na listagem, denominada Políticas Públicas em Geral, é motivada pela dedicação de trabalho dos extensionistas nos processos elaborados por meio de projetos, a fim de melhorar as condições de vida dos atores sociais, principalmente na categoria dos agricultores familiares.

Conforme os resultados da Tabela 3, tornaram-se fortalecidas as categorias Agricultura Familiar e Assentados da Reforma Agrária. Isso garante uma responsabilidade maior das instituições em ampliar novos horizontes no andamento dos projetos futuros de desenvolvimento rural. Assim, mostra-se que o papel da pesquisa acadêmica pode facilitar a organização dos produtores rurais e demais públicos. Ademais, com o elo importante entre o pesquisador da área de ER e o agricultor, assentado ou outro membro de uma categoria, é possível ter uma boa aplicação da PNATER, por exemplo.

O elevado índice da categoria de Agricultura Familiar, além de outras categorias as quais conduzem suas respectivas produções agrícolas, influenciou positivamente a comercialização agrícola, conforme 12,0% das categorias levantadas nas publicações. Pela lógica da utilização do arcabouço comercial dos atores sociais, quanto maior a aplicação de políticas públicas nas categorias pesquisadas, melhor será o acesso aos seus produtos agrícolas no mercado, de acordo com a demanda popular.

Na distribuição das teses e dissertações da UFSM, mostrada na Tabela 4, há pouca dispersão de estudos de outros estados em comparação aos dois programas de pós-graduação, com 11 estados e 13 pesquisas nacionais (Brasil). Distribuiu-se, respectivamente, a ordem dos trabalhos, tendo como destaques o Rio Grande do Sul, as pesquisas nacionais e o estado de Santa Catarina.

Por ser uma região predominantemente de agricultura familiar, a região Sul, com a influência gaúcha em suas atividades de ER, detém a maioria dos seus trabalhos acadêmicos. Por ser mais efetiva no desenvolvimento rural familiar, a UFSM poderia estimular, por meio de congressos e espaços acadêmicos, amplos debates em outras instituições de pesquisa, na intenção de obter novas formas de políticas públicas, ampliando seus horizontes científicos para beneficiar a própria aplicação da PNATER.

Tabela 4 – Distribuição das teses e dissertações do programa de extensão rural da UFSM nos estados, regiões ou pesquisas nacionais (Brasil), no período de 2006 a 2021

Estados, regiões ou pesquisas nacionais (Brasil)	Número de Trabalhos Localizados
Rio Grande do Sul	180
Nacional (Brasil)	13
Santa Catarina	12
Minas Gerais	4
Pernambuco	4
Goiás	3
Paraná	3
Paraíba	3
Mato Grosso do Sul	1
Rio Grande do Norte	1
Pará	1
Bahia	1
Local Não Identificado	1

Fonte: Elaborada pelos autores a partir do Banco de Teses e Dissertações da CAPES (2023).

A partir de 2005, ocorreram mudanças importantes na composição curricular do programa. Conteúdos como cadeias produtivas, políticas agrícolas, redirecionamentos metodológicos em ER, perspectivas de gênero e gerações no ambiente rural, desenvolvimento regional, entre outros tomaram seu protagonismo no desenvolvimento científico. Consequentemente, em 2008, o Programa da UFSM tornou-se o primeiro da América Latina, sendo referência no âmbito científico do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) para estudos rurais (FROEHLICH; SOUZA, 2016).

As linhas de pesquisa do programa da UFSM, apesar das abordagens ambientais, econômicas, sociais e técnicas no meio rural, possuem um viés voltado para a produtividade agrícola, mesmo que a proposta enfatize o trabalho familiar. Esses dados, juntamente com a distribuição das dissertações e teses pesquisadas ao redor de 87% na região Sul, permitem que a regionalização dos trabalhos se torne frequente.

Pós-graduação em extensão rural da UFRPE

Embora localizada em uma região geograficamente estratégica no Brasil (Nordeste), depois de quase 30 anos, a UFRPE iniciou a pesquisa de sua pós-graduação em ER em 2003. Por isso, o Programa apresentou seus principais resultados das publicações do estado da arte.

Na Tabela 5, os dados indicam que, das 271 categorias avaliadas nas publicações, as mais desenvolvidas foram Políticas Públicas em Geral, com 21,4%; Agricultores Familiares,

com 17,0%; Pescadores, com 8,9%; Associações, com 7,4%; e Profissionais da PNATER, com 6,3%. As demais categorias obtiveram o desempenho de 39,1% dos seus trabalhos abordados.

Tabela 5 – Porcentual (%) dos trabalhos direcionados pelas respectivas categorias no programa de pós-graduação em extensão rural pela UFRPE, no período de 2006 a 2016

Categoria	Porcentual (%)
Políticas Públicas em Geral	21,4
Agricultores Familiares	17,0
Pescadores	8,9
Associações	7,4
Profissionais da PNATER ou ATER	6,3
Vendedores	5,9
Atores Sociais/Institucionais Não Especificados	5,5
Institutos de Pesquisa e Extensão Rural	4,4
ONGs	3,7
Assentados da Reforma Agrária	3,0
Cooperativas	3,0
Quilombolas	2,6
Estudantes e/ou Professores	2,6
Universidades	2,6
Movimentos Sociais	1,8
Extrativistas	1,5
Povos da Floresta	1,1
Indígenas	0,7
Seringueiros	0,4
Saúde	0,4
Sindicatos	0,0

Fonte: Elaborada pelos autores a partir do Banco de Teses e Dissertações da CAPES (2023).

Justifica-se a predominância das Políticas Públicas contextualizando o estudo de Noce e Ferreira Neto (2016), haja vista que a organização de programas e projetos se constitui como principal alternativa dos produtores familiares no acesso às tecnologias para melhor produzir no campo, diminuindo, assim, a pobreza rural.

Observa-se que a maioria das publicações apresentava as potencialidades dessas políticas com as diretrizes organizadas, e o objetivo é manter ou melhorar o desenvolvimento local, previsto como linha de pesquisa.

No tocante à Agricultura Familiar, a pesquisa aplicada pelo programa ainda é comum no interior, mas, mesmo assim, apresenta diversas carências, como a falta de acesso à ATER, fato enfatizado por Aquino, Alves e Vidal (2020). Apesar de ser quantitativamente superior em número de estabelecimentos, principalmente na região Nordeste, essa categoria precisa ser mais bem observada pelos pesquisadores no desenvolvimento das pesquisas em razão do enfrentamento às limitações tecnológicas e adaptações climáticas com as possíveis soluções.

Um fato preponderante na sua pesquisa seria a utilização da Extensão Pesqueira como método de desenvolvimento sustentável e na manutenção das famílias na atividade econômica, principalmente na região litorânea. Isso comprova a necessidade da ATER em ampliar o atendimento aos diversos públicos, cuja maior intenção é estabelecer estratégias de produzir eficientemente seu pescado e o bem-estar.

Outra situação apresentada pelo índice considerado é a utilização de associações no meio rural. Tem-se a prerrogativa de obter a mediação social no grupo de participantes para quaisquer atividades. A vantagem disso para as políticas extensionistas rurais é que todos os associados expõem as qualidades e os problemas para, depois, o poder público fazer a sua parte com o propósito de melhorar os serviços. Na região Nordeste, as associações são essenciais para facilitar esses serviços de articulação tanto para a ATER quanto no acesso ao crédito fundiário.

A Tabela 6, pelo resultado da distribuição das dissertações da UFRPE, indica que os trabalhos foram amplamente divulgados em oito estados da região Nordeste. Outrossim, os demais foram desenvolvidos em cinco estados, além das pesquisas nacionais (Brasil). Essa é a classificação dos principais estados com a seguinte produção acadêmica: Pernambuco, Paraíba, Região Nordeste, Ceará, Alagoas, Bahia, e 2 trabalhos em pesquisa nacional (Brasil).

Tabela 6 – Distribuição das teses e dissertações do programa de extensão rural da UFRPE nos estados, regiões ou pesquisas nacionais, no período de 2006 a 2016

Estados, regiões ou pesquisas nacionais (Brasil)	Número de Trabalhos Localizados
Pernambuco	124
Paraíba	6
Região Nordeste (Brasil)	4
Ceará	3
Local Não Identificado	3
Alagoas	3
Bahia	3
Nacional (Brasil)	2
Acre	1
Pará	1
São Paulo	1
Tocantins	1
Piauí	1
Paraná	1
Rio Grande do Norte	1
Maranhão	1

Fonte: Elaborada pelos autores a partir do Banco de Teses e Dissertações da CAPES (2023).

Apesar das limitações pedagógicas no âmbito da ER na UFRPE, Callou e Silva (2014) selecionaram os principais tópicos de discussão científica no ambiente universitário: educação

rural; sistema de produção orgânico; sociologia rural; política de reforma agrária; problematizações de gênero e grupos étnicos; organizações sociais; desenvolvimento local; comunicação social; cultura local; turismo rural; agricultura familiar; adaptação à região do semiárido; abordagem dos jovens no campo; comunidades reconhecidas pela PNATER; produção pesqueira; sustentabilidade; economia solidária; cooperativismo e associativismo.

Assim como na UFSM, a UFRPE apresenta forte regionalização, já que as dissertações pesquisadas se aproximam a 95% só na região Nordeste, o que corrobora a importância da localização do Programa de ER. Por ser uma região que precisaria de atenção especial aos serviços de ATER, o apoio acadêmico dos alunos e dos docentes por meio dos seus projetos de pesquisa é essencial para descobrir as potencialidades do local ou da região determinada.

DISCUSSÃO GERAL

Na discussão geral, ocorreram mudanças significativas nas pesquisas em ER, desconstruindo-se o modelo intensivo ao enfatizar a multidisciplinaridade das áreas de conhecimento. Pela nova mentalidade iniciada na década de 1990, o objetivo é melhorar a capacitação de futuros pesquisadores para atuarem no trabalho social nas comunidades rurais e possuírem papel mediador nas organizações sociais pelo processo de decisão das políticas públicas em conjunto com os atores sociais (DOULA; SOUZA, 2006).

A respeito do panorama comparativo entre os três programas de pós-graduação em ER analisados – UFV, UFSM e UFRPE –, há diferentes concepções no desenvolvimento contemporâneo das pesquisas na área.

Ribeiro, Doula e Oliveira (2020) alegam que as últimas pesquisas da UFV estão revisando o processo difusionista tão utilizado no início da década de 1950 e alinhando os estudos das políticas públicas.

Sopeña *et al.* (2014) deram atenção à condução do Programa da UFSM sob análises dos discentes, os quais indicaram três principais motivações que influenciaram a participação nas pesquisas: aprimoramento da área de pesquisa (doutorandos); conhecimentos de ATER (mestrands); e relacionamento com o movimento estudantil (graduação).

No caso da UFRPE, Callou e Silva (2014) apresentam, em tom crítico, a composição da temática ER nas matrizes curriculares dos cursos de graduação, mestrado e doutorado, e alegam que há grupos de pesquisa atuantes fora do ciclo de ensino e pesquisa convencionais. Outros fatores descritos neste trabalho, como nas categorias da PNATER e afins, merecem importantes destaques no sentido de realçar as atividades realizadas por essa política pública.

No aspecto da tríade ensino, pesquisa e extensão, esses programas de pós-graduação em ER e disciplinas afins exercem essas atividades profissionalizantes e científicas para atender principalmente aos segmentos sociais ligados ao escopo rural, facilitando o desenvolvimento do trabalho multifacetado. Tudo isso buscando o diálogo e a construção dos saberes junto à realidade rural na qual o objeto de estudo está inserido (CALLOU; SILVA, 2014; FROEHLICH; SOUZA, 2016; SANTOS et al., 2021; VARGAS; DREBES, 2022).

Andrade, Ferreira Neto e Mafra (2015) afirmam que a necessidade de mudança dos trabalhos de ATER se modificou com base nos processos comunicativos entre os atores sociais. Dessa forma, setores da sociedade civil envolvidos na discussão puderam exercer a cidadania e cobrar do governo para que esse assunto entrasse na agenda governamental. Assim, por meio do frequente processo de discussão, foi elaborada a PNATER, em 2004, reconhecida em lei em 2010. Então, há a possibilidade de transformar o poder comunicativo em poder administrativo.

Nesse sentido, Henig e Santos (2016) frisam a realização contínua de investigações científicas a respeito da agricultura familiar e das políticas públicas, tendo como prioridade a produção de alimentos e a reprodução socioeconômica. O setor da agricultura familiar é um modelo de organização economicamente viável, o qual emprega conhecimentos empíricos das tradições populares e do uso de ferramentas tecnológicas (eficazes), as quais minimizam os impactos no agroecossistema. Todavia, do ponto de vista político, esse público ainda não foi amplamente reconhecido pelos seus representantes. Os autores ainda sugerem que as políticas públicas para o setor ainda necessitam de ajustes operacionais para diminuir a burocracia e ampliar os recursos do PRONAF.

A respeito da política de assentamentos da reforma agrária concernente à PNATER, Paniago Junior, Anjos e Silva (2019) argumentam que as ações executórias dessas políticas aperfeiçoam um atendimento flexível às famílias assentadas, com atenção à qualidade dos serviços prestados. Nesse sentido, as direções necessárias induziram a aplicação dos percursos do desenvolvimento sustentável, o qual pode ser instrumentalizado mediante metodologias participativas cuja finalidade seria promover a prosperidade econômica e social do assentado rural.

No caso da educação, conforme Pereira e Castro (2019), há uma discrepância de indicadores, principalmente no espaço rural, que apresenta baixa eficiência. Dessa forma, os autores afirmam que a primeira alternativa seria a elaboração de uma proposta pedagógica adaptada para a escola rural, pela qual se realize um processo minucioso da escolha do corpo docente que atuará nessas escolas, preferencialmente com alguma identificação territorial.

Um componente favorecido nos trabalhos acadêmicos analisados é a formação de mercados agrícolas com base na comercialização ou venda. De acordo com Buenaventura Ramírez, Sousa e Gómez López (2020), a melhor estratégia seria a proximidade entre os produtores rurais familiares e os consumidores como fator de entendimento no sistema comercial, levando-se em conta as considerações do território local. Por isso, os autores enfatizaram a contribuição efetiva na participação dos processos de ER na organização de ideias dos diferentes agentes sociais. Ademais, a agricultura familiar vem desempenhando protagonismo na articulação desses agentes, principalmente na demanda dos processos de comercialização dos produtos agrícolas.

Sobre a região Nordeste, embora o programa de pós-graduação em Pernambuco tenha sido recém-criado, a atuação dele coincidiu com a evolução na agricultura familiar nordestina. De acordo com Aquino, Alves e Vidal (2020), no quesito de produtividade agrícola, os agricultores familiares desempenham um relevante papel no fornecimento de alimentos básicos, embora tenham uma baixa inserção nas lavouras comerciais mais lucrativas, como a soja, a cana-de-açúcar e a fruticultura irrigada. Mesmo assim, esse segmento social detém, aproximadamente, 30% de toda a riqueza gerada no agronegócio da região, algo em torno de R\$16 bilhões. Os autores pontuaram nos avanços produtivos desse segmento, citando a promoção do acesso às políticas sociais e aos mecanismos de facilitação dos recursos hídricos.

A partir das pesquisas do Programa de ER da UFRPE, conforme argumentam Lima e Callou (2015), as políticas em ER têm uma grande contribuição no setor pesqueiro, porém, é necessário que as instituições públicas estabeleçam critérios que garantam o acesso e a divulgação eficaz dos meios de comunicação para as comunidades da pesca artesanal. Reitera-se o papel do Estado em promover atividades de ATER de forma emancipadora, preservando suas formas de produção artesanal, de viver e valores intrínsecos em cada comunidade jangadeira. Um exemplo é o estado de Pernambuco, cuja eficácia da resposta está sendo dada pelos movimentos sociais, os quais cobravam a delimitação da área pesqueira como uma forma do firme estabelecimento e conservação da riqueza social da pesca brasileira.

A respeito da composição docente da área de ER, há ainda uma tendência formativa nos cursos de Ciências Agrárias, conforme os resultados científicos nos próprios seminários nacionais. Todavia, desponta uma maior abrangência das possibilidades de diálogos da ER em outras áreas formativas na intercorrência dos cursos de graduação e na carreira acadêmica, com devida visibilidade para as áreas Interdisciplinares, Sociologia e Ciências Ambientais (VARGAS; DREBES, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente artigo foi examinar de modo aprofundado as pesquisas produzidas em três programas de pós-graduação em ER, tendo como objetos principais os atores sociais e institucionais. Os resultados indicam, em primeiro lugar, ampla possibilidade de exploração da pesquisa em ER nas categorias estabelecidas na metodologia do estado da arte, no cumprimento das atividades da nova PNATER e de outras políticas públicas implantadas no Brasil.

De modo geral, nos três programas de pós-graduação, as principais categorias que demandaram suas pesquisas acadêmicas nas universidades são: Agricultura Familiar e Políticas Públicas em Geral. Na primeira categoria, justifica-se esse resultado devido às potencialidades exploradas, bem como as situações vividas nas localidades pesquisadas. A segunda corresponde à utilização desses mecanismos para o desenvolvimento local, além de dar suporte aos atores sociais instituídos pela PNATER.

Em segundo plano, destacaram-se individualmente em cada Programa as categorias: Assentados da Reforma Agrária, na UFV e UFSM; Vendedores, na UFV e na UFSM; Profissionais da PNATER ou ATER, na UFSM e UFRPE; e Pescadores e Associações, na UFRPE.

Além das limitações apresentadas no desenvolvimento desta pesquisa, outro fator restritivo é o índice frequente nos três Programas da categoria do Público Não Especificado. Uma das prováveis justificativas nas teses e dissertações trabalhadas nos Programas de ER seria a relevância da proposta do tema para o escopo rural, o qual nem sempre é direcionado às categorias específicas e fica ao critério do pesquisador.

Os trabalhos dos três programas de pós-graduação em ER indicam que as pesquisas estão momentaneamente regionalizadas, com destaques para a UFSM e a UFRPE. Isso é um caso à parte devido à proposta metodológica de estudar com profundidade a realidade rural brasileira, assim, pesquisas dessa área podem apresentar as caracterizações locais. Apesar das formações dos discentes e docentes e das linhas de pesquisa diferenciadas, existe o senso comum de reforçar o desenvolvimento dessa atividade à medida que o conhecimento adquirido nas disciplinas é aplicado nos estados em estudo. As dissertações e as teses desenvolvidas favorecem a PNATER para atualização da política pública rural e demonstra os públicos-alvo mais pesquisados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. A. X.; FERREIRA NETO, J. A.; MAFRA, R. L. M. Gestão social de políticas públicas: a identificação de fluxos comunicativos na construção da PNATER e em sua operacionalização na Bahia. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. 8, n. 16, p. 121-153, 2015. Disponível em:

<https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/677>. Acesso em: 10 abr. 2023.

AQUINO, J. R.; ALVES, M. O.; VIDAL, M. F. Agricultura familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do censo agropecuário 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 51, p. 31-54, ago. 2020. Disponível em:

<https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/1271>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BELIK, W. A heterogeneidade e suas implicações para as políticas públicas no rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 53, n. 1, p. 9-30, jan./mar. 2015. DOI 10.1590/1234-56781806-9479005301001. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/resr/a/JDwvZQMWjMJGBL99hjtTW6F/?lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2010.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm. Acesso em: 10 out. 2021.

BUENAVENTURA, I. M. R.; SOUSA, R. P.; LÓPEZ, J. D. G. Canais de comercialização da agricultura familiar: o caso da comunidade de Boa Vista de Acará na Amazônia paraense-Brasil. **Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 16, n. 45, p. 123-150, out./dez. 2020. DOI 10.3895/rts.v16n45.10379. Disponível em:

<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/10379>. Acesso em: 10 abr. 2023.

CALLOU, A. B. F. et al. O estado da arte do ensino da extensão rural no Brasil. **Extensão Rural**, Santa Maria, ano XV, n. 16, p. 84-115, jul./dez. 2008. Disponível em:

<http://w3.ufsm.br/extensaorural/art4ed16.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

CALLOU, A. B. F.; SILVA, A. V. G. Comunicação e meio rural contemporâneo na formação universitária: a experiência da Universidade Federal Rural de Pernambuco - Brasil. **Razón y Palabra**, Quito, n. 87, p. 333-344, jul./set. 2014. Disponível em:

http://razonypalabra.org.mx/N/N87/V87/19_FernandesGaldino_V87.pdf. Acesso em: 12 abr. 2023.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Catálogo de Teses e Dissertações**. 2023. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 7 abr. 2023.

CAPORAL, F. R. Transição agroecológica e o papel da extensão rural. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 27, n. 3, p. 7-19, jul./set. 2020. DOI 10.5902/2318179638420. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/38420>. Acesso em: 12 abr. 2023.

CASTRO, C. N. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, Brasília, n. 12, p. 49-59, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6492>. Acesso em: 12 abr. 2023.

DOULA, S. M.; SOUZA, R. S. A pós-graduação em extensão rural no Brasil: perfil, dificuldades e perspectivas. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, DF, v. 3, n. 6, 2011. DOI 10.21713/2358-2332.2006.v3.111. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/111>. Acesso em: 12 abr. 2023.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. DOI 10.1590/S0101-73302002000300013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FfrdCtqfp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 abr. 2023.

FROEHLICH, J. M.; SOUZA, R. S. Pós-graduação em extensão rural da UFSM: 40 anos e além...! **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 23, n. 3, p. 8-14, jul./set. 2016. DOI 10.5902/2318179624452. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/24452>. Acesso em: 12 abr. 2023.

HENIG, E. V.; SANTOS, I. A. Políticas públicas, agricultura familiar e cidadania no Brasil: o caso do PRONAF. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 255-269, 2016. DOI 10.5102/rbpp.v6i1.3343. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/3343/0>. Acesso em: 12 abr. 2023.

LIMA, A. C. C.; CALLOU, A. B. F. Políticas públicas e assistência técnica para pesca artesanal em Pernambuco. **Contexto & Educação**, Ijuí, v. 30, n. 95, p. 93-116, jan./abr. 2015. DOI 10.21527/2179-1309.2015.95.93-116. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/4210>. Acesso em: 12 abr. 2023.

LOPES, B. J.; DOULA, S. M. Políticas públicas e governança: análise do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Sudeste Brasileiro. **Espacios**, Caracas, v. 37, n. 20, p. 18, 2016. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a16v37n20/16372018.html>. Acesso em: 12 abr. 2023.

NOCE, M. A.; FERREIRA NETO, J. A. Uma análise da política pública brasileira de desenvolvimento rural, com foco no combate à pobreza no campo. **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, Recife, v. 1, n. 8, p. 36-56, 2017. Disponível em: <https://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciasociais/article/view/955>. Acesso em: 12 abr. 2023.

PANIAGO JUNIOR, E.; ANJOS, F. S.; SILVA, F. N. A utilização de metodologias participativas nos assentamentos da reforma agrária no município de Jataí-GO. **Textos & Debates**, Boa Vista, v. 2, n. 33, p. 89-108, jul./dez. 2019. DOI 10.18227/2317-1448ted.v2i33.5302. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/textosedebates/article/view/5302>. Acesso em: 12 abr. 2023.

PEREIRA, C. N.; CASTRO, C. N. Educação: contraste entre o meio urbano e o meio rural no Brasil. **Boletim regional, urbano e ambiental**, Brasília, n. 21, p. 63-74, jul./dez. 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9607/1/BRU_n21.pdf. Acesso em: 12 abr. 2023.

RIBEIRO, I. M.; DOULA, S. M.; OLIVEIRA, M. L. R. Panorama das dissertações e teses defendidas no programa de pós-graduação em extensão rural da Universidade Federal de Viçosa (1968-2017). **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 27, n. 1, p. 7-21, jan./mar. 2020. DOI 10.5902/2318179636519. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/36519>. Acesso em: 12 abr. 2023.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1981-416x2006000300004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 12 abr. 2023.

SANTOS, A. F.; LUSA, M. G. Política agrária: extensão rural e serviço social, a equação possível. **Temporalis**, Brasília, v. 14, n. 28, p. 243-273, jul./dez. 2014. DOI 10.22422/2238-1856.2014v14n28p243-273. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7217>. Acesso em: 12 abr. 2023.

SANTOS, S. M. M. et al. Panorama da pós-graduação em extensão rural: desafios e perspectivas contemporâneas. **Divers@!**, Matinhos, v. 14, n. 2, p. 92-109, jul./dez. 2021. DOI 10.5380/diver.v14i2.83142. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/83142>. Acesso em: 12 abr. 2023.

SILVA, J. A. et al. Políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no semiárido brasileiro. **Revista de Biologia & Farmácia e Manejo Agrícola**, Campina Grande, v. 12, n. 3, 2016.

SILVA, M. M. et al. A extensão rural com foco nos objetivos do desenvolvimento sustentável: uma análise mundial e local. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 9, n. 12, 2020. DOI 10.33448/rsd-v9i12.10751. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/10751>. Acesso em: 12 abr. 2023.

SOPEÑA, M. B. et al. Um olhar quantitativo sobre a escolha discente pelo programa de pós-graduação em extensão rural. **Monografias Ambientais**, Santa Maria, v. 13, n. 2, p. 3213-3224, 2014. DOI 10.5902/2236130812681. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/12681>. Acesso em: 12 abr. 2023.

VARGAS, D. L.; DREBES, L. M. O “estado da arte” do ensino em extensão rural no Brasil. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 7, 2022. DOI 10.20873/uft.rbec.e14747. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/14747>. Acesso em: 12 abr. 2023.

ZARNOTT, A. et al. Avanços e retrocessos na política de extensão rural brasileira: análise crítica sobre a ANATER. **Revista de la Facultad de Agronomía**, Plata, v. 116, n. 3, 2018. Disponível em: <https://revistas.unlp.edu.ar/revagro/article/view/6147>. Acesso em: 12 abr. 2023.

Submetido em 11 de janeiro de 2023.
Aprovado em 13 de março de 2023.